

WALBER DE MOURA AGRA

COMENTÁRIOS SOBRE A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



Autor

Walber de Moura Agra

COMENTÁRIOS SOBRE A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Área específica

Direito Administrativo/Constitucional.

Áreas afins

Direito Administrativo, Direito Financeiro,
Direito Municipal.

Público-alvo/consumidores

Todos os operadores do Direito.

“Finalmente, depois desses percursos pragmáticos, para uma melhor sistematização do trabalho, tenta-se chegar às conclusões aferidas: O Brasil se encontra em uma época de alvoroço jacobino sem limites, impulsionado por exacerbações moralistas, que faz com que o terror de processos kafkianos seja encarado como a única forma de encontrar a virtude republicana, no que marca um retorno – consciente ou inconsciente – a Robespierre. Dessa forma, atitudes como essas fazem com que garantias constitucionais, como a ampla defesa, o contraditório, a imparcialidade e o devido processo legal, sejam relegadas frontalmente.

Em verdade, o escopo do trabalho é modesto, apenas tenta perscrutar os parâmetros jurídicos que norteiam o instituto da improbidade e aplicá-los aos casos analisados. Parte-se da premissa de que a lei deve ser o espaço em que as narrativas devem ser construídas, evitando-se a impunidade e a exacerbação de reprimendas sem amparo legal.

Infelizmente, chega-se à triste constatação de que nos tempos atuais ser pós-moderno é defender a legalidade, conceito básico do nascimento do Estado Moderno.”

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001135

A277c

Agra, Walber de Moura

Comentários sobre a lei de improbidade administrativa/ Walber de Moura Agra.–
Belo Horizonte : Fórum, 2017.

371 p.

ISBN: 978-85-450-0247-5

1. Direito Administrativo. 2. Direito Financeiro. 3. Direito Municipal. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AGRA, Walber de Moura. Comentários sobre a lei de improbidade administrativa. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 371 p. ISBN 978-85-450-0247-5.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Walber de Moura Agra 13

CAPÍTULO 1

DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA 15

- 1.1 Princípios. Aspectos gerais 15
- 1.2 Princípio da legalidade 19
 - 1.2.1 A lei como fundamento de validade dos atos estatais 23
- 1.3 Princípio da proporcionalidade 25
 - 1.3.1 A proporcionalidade *versus* razoabilidade e o entendimento do Supremo Tribunal Federal 31
 - 1.3.2 A proporcionalidade e o combate à improbidade 35
- 1.4 Princípio da moralidade administrativa 38
 - 1.4.1 Previsão normativa 42
 - 1.4.2 A moralidade e os elementos do ato administrativo 45
 - 1.4.3 A moralidade administrativa na jurisprudência pátria 46

CAPÍTULO 2

CONCEITUAÇÕES E NORMAS CONTRA A IMPROBIDADE 49

- 2.1 A defesa do patrimônio público como um interesse difuso 49
 - 2.1.1 Delineamentos da proibidade 54
 - 2.1.2 Tentativa de conceituação de improbidade 56
 - 2.1.3 Conceituação de improbidade administrativa 58
- 2.2 Antecedentes legislativos da improbidade administrativa 60

CAPÍTULO 3

CONTROLE REPRESSIVO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 65

- 3.1 Formas de controle 65
 - 3.1.1 Do controle legislativo 66

3.1.2	Do controle administrativo	69
3.1.3	Do controle jurisdicional	70

CAPÍTULO 4

SUJEITOS DOS ATOS DE IMPROBIDADE		75
4.1	Sujeitos passivos	75
4.2	Sujeitos ativos	82
4.2.1	Agentes políticos como sujeitos ativos de improbidade	85
4.3	Terceiros	89

CAPÍTULO 5

DOS ATOS DE IMPROBIDADE		93
5.1	Atos administrativos e o poder discricionário	93
5.1.1	Abuso de poder e suas especificações	95
5.2	Enriquecimento ilícito	96
5.2.1	Hipóteses de enriquecimento ilícito	102
5.2.2	Lavagem de dinheiro	108
5.3	Prejuízo ao Erário	110
5.3.1	Amplitude da noção de atos lesivos ao patrimônio público	110
5.3.2	Hipóteses de prejuízo ao Erário	114
5.3.3	Comprovação do elemento subjetivo	120
5.3.4	Necessidade da efetiva ocorrência de dano	122
5.4	Violação aos princípios da Administração Pública	126
5.4.1	Princípios constitucionais e os conteúdos indeterminados	126
5.4.2	Hipóteses de violação aos princípios da Administração Pública ..	131
5.4.3	Necessidade de elementos mínimos para sua contextualização ...	133
5.5	Elemento subjetivo nos atos de improbidade	136
5.6	Atos legislativos de improbidade	138
5.6.1	A imunidade parlamentar	140
5.7	Atos jurisdicionais de improbidade	142
5.8	Ato de improbidade pelo parecerista	143

CAPÍTULO 6

DAS SANÇÕES.....		145
6.1	Possibilidade de aplicação isolada das sanções cominadas	145
6.2	Natureza jurídica das sanções	148
6.2.1	Atos de improbidade e crimes de responsabilidade	150
6.3	Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio ...	151
6.4	Ressarcimento integral do dano	154
6.4.1	O dever jurídico de não causar dano a outrem	154
6.4.2	Dano moral na improbidade administrativa	156
6.4.3	Parcelas que integrarão o montante a ser ressarcido	158
6.5	Casos de perda da função pública	160
6.6	Suspensão dos direitos políticos	169
6.7	Multa civil	172
6.8	Proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta, indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	177
6.9	Independência e comunicabilidade entre as instâncias penal, civil e administrativa	182
6.10	Individualização e dosimetria das sanções	187

CAPÍTULO 7

EFEITOS ESPECÍFICOS DA CONDENAÇÃO POR ATO DE IMPROBIDADE		193
7.1	Prescrição	193
7.1.1	Ação e pretensão	193
7.1.2	Prescrição aquisitiva e prescrição extintiva	198
7.1.3	Impedimento, suspensão e interrupção	199
7.1.4	Renúncia à prescrição e prescrição <i>ex officio</i>	203
7.1.5	Legitimação para arguir a prescrição	205
7.1.6	Alterabilidade de prazos	207
7.2	Decadência	207
7.3	Distinção entre prescrição e decadência segundo a doutrina clássica	210

CAPÍTULO 8

O MOMENTO INVESTIGATIVO. O INQUÉRITO CIVIL ...	215
8.1 Natureza jurídica e origem do inquérito civil	215
8.2 Finalidade	222
8.3 Instrumento de investigação da improbidade administrativa	223
8.4 O princípio da obrigatoriedade: conteúdo e sentido	227
8.5 Instauração do inquérito civil	231
8.5.1 Delação anônima	234
8.6 O alcance dos poderes de investigação e o seu sigilo	236
8.7 Valor probatório	241
8.8 Vícios do inquérito civil e seus reflexos na ação civil pública	242
8.9 Encerramento, arquivamento, trancamento e desarquivamento das investigações	243
8.10 Termo de ajustamento de conduta e recomendações na seara da improbidade administrativa	245
8.11 Atos de improbidade administrativa de “menor potencial ofensivo”	249

CAPÍTULO 9

ASPECTOS PROCESSUAIS	253
9.1 Ação civil pública: hipótese de cabimento	253
9.2 O princípio da obrigatoriedade	258
9.3 Controle incidental de constitucionalidade	261
9.4 Ação civil pública e ação popular no campo da improbidade	266
9.5 Legitimação ativa <i>ad causam</i>	274
9.6 Legitimação passiva <i>ad causam</i>	280
9.7 Competência	282
9.8 Atribuição do órgão do Ministério Público	284
9.9 O pedido	286
9.10 Aspectos gerais do procedimento	289
9.10.1 Imputação e defesa prévia	293
9.10.2 Juízo de admissibilidade da petição inicial	297
9.11 Publicidade dos atos processuais e direito à informação	299
9.12 Confissão judicial e extrajudicial e revelia	302
9.13 Produção probatória	306
9.14 Medidas de tutela de urgência	308
9.14.1 Possibilidade de decretação de tutela de urgência <i>inaudita altera pars</i> ?	311
9.14.2 Prazo para o ajuizamento da ação principal	313
9.14.3 Afastamento do agente público	316
9.14.4 Tutelas de urgência patrimoniais	322
9.14.4.1 Indisponibilidade de bens	324
9.14.4.2 Sequestro	326
9.14.4.3 Medidas cautelares atípicas	327
9.15 Suspensão de liminares e sentenças	327
9.16 Antecipação dos efeitos da tutela de urgência	329
9.16.1 Cabimento da tutela de urgência na ação civil de improbidade	331
9.17 Requisitos da sentença na ação civil de improbidade administrativa	334
9.17.1 Sucumbência e litigância de má-fé	338
9.18 Coisa julgada	339
9.18.1 Coisa julgada nas demandas coletivas	342
9.18.2 Consequências na ação civil de improbidade e ação popular	347
REFERÊNCIAS	351